

VI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2004.

Raíces sociais do cooperativismo.

FIOD, Edna Garcia Maciel.

Cita:

FIOD, Edna Garcia Maciel (2004). *Raíces sociais do cooperativismo. VI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-045/766>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

RAÍZES SOCIAIS DO COOPERATIVISMO

FIOD, Edna Garcia Maciel

Pesquisadora do núcleo de estudos *Transformações no Mundo do Trabalho*,
Universidade Federal de Santa Catarina/UNOESC – Joaçaba.

E-mail: ednamaciel@ced.ufsc.br

RESUMO: O trabalho cooperativo, sinônimo da colaboração de muitos trabalhadores na produção da vida não é algo novo na história da humanidade. Ele é ruptura com o trabalho individual. O trabalho coletivo, configura nessa perspectiva, possibilidade de criação de riqueza excedente e, como tal, superação dos grilhões que acorrentam os seres humanos ao *reino da necessidade*.

A Revolução Industrial expressa, nessa perspectiva, a fixação objetiva do trabalhador coletivo, mas com uma qualidade histórica: ele é pressuposto e resultado da sociedade capitalista, portanto, condição da criação do valor. Do século XIX em diante, uma quantidade expressiva de trabalhadores não mais consegue vender sua força de trabalho. O socialismo utópico coincide com a ascensão da sociedade burguesa e, nesse momento histórico, afirma a necessidade de os indivíduos se associarem para produzirem sua existência. Atualmente, o trabalho cooperativo aparece como uma alternativa ao desemprego. As cooperativas autogestionárias emergem no Brasil, no final do século XX. Diferentemente das cooperativas de caráter capitalista, elas possuem uma singularidade: são geridas pelos próprios trabalhadores. São eles que comandam o processo de trabalho coletivo, ao invés de o capital. Neste texto, são discutidos possibilidades e limites históricos do cooperativismo moderno.

INDICAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A DISCUSSÃO DO COOPERATIVISMO MODERNO

Desde o final do século XVIII, até as convulsões sociais que abalam boa parte do século XIX, emergem muitas teorias que visam à solução de problemas que, de um modo ou de outro, são reflexos de uma era de transição social. Tempos como esses são terrenos férteis para surgimento de inúmeros pensadores empenhados em dar respostas aos problemas sociais. Afinal, tal como afirma Hobsbawm (1991), o fim do Antigo Regime parece coincidir com uma crise da nova sociedade (da sociedade burguesa) que mal acabara de se constituir, nas primeiras décadas do século XIX.

Nesse momento, a burguesia aliada ao povo abala definitivamente as relações sociais feudais por meio de muitas lutas que lhe concedem uma vitória após a outra, até a consolidação da sociedade burguesa. Sem qualquer compaixão com os tradicionais modos de vida, o modo capitalista de produção da vida destrói tudo e todos que se tornem obstáculos ao seu florescimento. A nova sociedade mostra que a riqueza antigamente consumida a bel-prazer dos nobres em artes, luxo, festas, música e outras coisas mais, deixam de ter qualquer sentido. Aproveitando-se do ódio aos ricos, sobretudo na França, a classe burguesa em ascensão faz o povo sentir que um futuro de grandeza é possível. Esse sentimento universal capaz de acender a chama das grandes revoluções - tal como a da Revolução Francesa - coincide com a materialidade, com a possibilidade de a humanidade produzir riquezas incomensuráveis. A grande indústria moderna, um fruto da Revolução Industrial, recém-nascida na Inglaterra e na França, mostra a sua superioridade sobre as forças produtivas próprias das relações sociais feudais.

Mas, a esperança universal de um mundo melhor para todos dura pouco tempo. A classe burguesa que só pode existir desde que se apode da riqueza criada pelos outros, é a que tem condições de se apropriar dos meios produtivos em meio à crescente ruína da antiga sociedade.

Mas, até chegar a esse ponto, não podem as pessoas adivinhar o futuro porque não são profetas. Elas sabem apenas que as instituições sociais estão se desorganizando. Umas, assumem a forma de corrupção política; outras, se tornam tão ineficientes que quase não servem para mais nada; outras ainda, somente continuam existir sob a proteção deste ou daquele grupo. Enfim, parece que o que reina é uma espécie de insegurança em todos os sentidos. É como se a partir de um dado momento, tudo se esfumasse no ar.

Contudo, as pessoas precisam viver e, para tanto, necessitam produzir as suas vidas e a de seus descendentes. Assim, há momentos na história da humanidade em que o sofrimento humano se sobrepõe a toda realidade. Enquanto uma determinada forma de vida humana está se desorganizando e junto com ela suas instituições sociais, os seres humanos ficam perplexos diante desse movimento geral da sociedade. Se assim não fosse, a burguesia jamais teria chegado aonde chegou.

Nesse tempo em que os nobres vão se tornando *indignos* de governar, os cidadãos pensam que os burgueses, homens também do povo, têm os mesmos desejos e objetivos da grande maioria: livrar-se do fardo milenar de serem obrigados a sustentar a vida de puro luxo e ócio dos nobres.

Portanto, quando a luta entre capitalista e trabalhador ainda encontra-se nos seus albores, quando ninguém sabe exatamente para onde caminha a nova sociedade anunciada aqui, e acolá, alguns pensadores começam a fazer propostas, a escreverem suas idéias sobre o como deve ser governada a nova sociedade que se já não era mais feudal, também, ainda não havia desenvolvido todos os elementos que a caracterizariam como uma formação social capitalista no século XIX.

Anterior a 1848, vários pensadores acham que é preciso dar um rumo à sociedade em processo de transição. É nesse contexto que surgem os pensadores

socialistas chamados de utópicos por Marx. Cada um deles, a seu modo, deseja melhorar a vida humana diante das inúmeras dificuldades existentes nos primórdios do século XIX.

Os pensadores socialistas utópicos mais famosos surgem na França e na Inglaterra, exatamente onde a nova sociedade – a sociedade capitalista – está mais desenvolvida do que em outros países da Europa Ocidental. Para eles, tratava-se de dar um norte à sociedade, de ter governantes cultos, instruídos e capazes de promoverem o bem estar de todos os habitantes em todas as partes. Por essa razão, elaboram suas teorias, leis sociais, modelos de comunidades a serem construídas, princípios morais, regras, atribuições para os diferentes indivíduos, modelos educacionais, leis políticas que pudessem ser implementadas pelos responsáveis pela condução das comunidades governadas de modo racional e, portanto, rumo ao progresso.

Vale a pena conhecer ainda que rapidamente, algumas formulações desses pensadores não só pela sua capacidade de criticar a sociedade em que vivem, mas principalmente, para observar que respostas eles deram aos problemas sociais do seu tempo. Os socialistas utópicos criticam a velha sociedade feudal. Ridicularizam os nobres, seus costumes, hábitos, modo de governar, sua ignorância, suas superstições e valores quando vai se tornando evidente a sua necessária extinção histórica porque haviam se tornado um obstáculo ao surgimento de uma nova forma de vida humana.

Importa apreender que soluções são pensadas pelos socialistas utópicos neste momento de indefinição do destino da humanidade. É importante observar que os utópicos se encontram em um campo de forças cujas últimas batalhas resultarão na vitória inevitável da nova sociedade: a sociedade capitalista.

AS UTOPIAS

Utopia é uma palavra antiga. Ela já tinha sido utilizada no século XVI por Thomas Morus (1480-1535), um escritor inglês que, inconformado com a situação existente em sua época, escreve um livro chamado “A Utopia” em que ele descreve um país imaginário. No país imaginado por Morus, o governo é organizado da melhor maneira possível e proporciona ótimas condições de vida para um povo equilibrado e feliz. Assim, as normas e as instituições políticas nessa terra são altamente aperfeiçoadas. Mas o que leva Morus a escrever esse livro? Por que ele gasta suas energias com a elaboração de idéias e de propostas de uma sociedade diferente da que existe, assim como Platão, Campanella e tantos outros que a história vai mostrar que seriam irrealizáveis? Que não há condições objetivas para colocá-las em prática, ou que se tornem realidade?

Em primeiro lugar, é preciso considerar que nenhum escritor, sobretudo os clássicos do pensamento humano estejam a espalhar idéias que eles próprios não acreditam. Pelo contrário, eles pensam que o mundo se move ou pode ser modificado para melhor pelas idéias e pelo desejo dos seres humanos. Que, o que falta à humanidade é o conhecimento necessário para aperfeiçoar a sociedade em que vivem. Assim, quanto mais os indivíduos vão se tornando esclarecidos, mais eles se tornam justos, solidários, melhores, respeitosos e educados. Morus e outros utópicos supõem que a injustiça social, a violência, o roubo, a corrupção, os crimes, a exploração, a bandidagem, a pilhagem, a depravação, a perseguição, as guerras sejam frutos da ignorância, da superstição, da falta de ética, da falta de educação, do verdadeiro conhecimento sobre os homens e sobre a natureza. Acreditam que um governo organizado da melhor maneira possível é condição para o aperfeiçoamento da sociedade e para o estabelecimento de uma vida digna.

Ainda nos dias atuais, muitos insistem em que a educação, por exemplo, é capaz de mudar o comportamento dos indivíduos livrando-os do mundo do crime, da vagabundagem, da miséria, do desemprego, da corrupção, da exploração capitalista

e de tantas outras condições adversas. Há quem acredite que a formação crítica dos cidadãos é importante para o aperfeiçoamento da sociedade pois, o cidadão esclarecido sabe lutar por seus direitos duramente ignorados pelos governantes nas modernas democracias.

Atualmente, existe uma quantidade enorme de organizações comunitárias espalhadas pelas cidades empenhadas em melhorar as condições de vida de certos bairros. Há centenas de organizações sociais criando inúmeras estratégias que visam a combater o desemprego, a retirar crianças das ruas, a preparar crianças e adolescentes para o trabalho, a evitar a prostituição infantil dentre outros problemas.

Portanto, o estudo de clássicos é muito importante na medida em que eles, como nós, inconformados com as misérias humanas, buscam soluções para tentar resolver problemas como a falta de assistência à saúde, à educação, remédios, comida, trabalho, violência e outros mais.

É verdade que as pessoas no passado, não enfrentam exatamente os mesmos desafios que nos atormentam nos dias atuais. Entretanto, apesar da distância histórica e da infinita diferença entre as questões humanas que os atordoam, há um elemento comum entre épocas tão distintas: que é a de saber o que fazer com a maioria da população que, desde tempos remotos foram, e estão ainda, impedidos de se beneficiarem da riqueza material por eles criada, por meio do trabalho. Assim, quando Platão condena a escravidão ele pensa que a força de seus argumentos pode mudar a história. Entretanto, Aristóteles, que também vive na Grécia antiga, sabe que a história não se modifica sem muitas lutas. Que, se os indivíduos acham que é preciso mudar a sociedade, eles necessitam, antes de tudo, reunir forças para vencer todos os obstáculos que os acorrentam à escravidão, inclusive, precisam aprender a produzir coisas excedentes, uma das condições para sua emancipação social.

O SOCIALISMO UTÓPICO

O socialismo utópico em seu conjunto doutrinário tem por objetivo alcançar o bem comum por meio da transformação da sociedade e das relações entre as classes sociais. Assim, desde o século XVIII, surgem muitas teorias socialistas. Apesar das profundas diferenças que há entre as correntes socialistas, elas têm um ponto em comum: de um modo ou, de outro, elas pregam a mudança da sociedade existente, para que todos, de modo igualitário possam ter uma vida digna.

O socialismo moderno não é uma invenção deste ou daquele grande pensador, mas apreensão da universalidade, de características mais gerais que organizam uma determinada sociedade. Nesse sentido, o pensamento socialista não é uma descoberta individual, mas social, próprio da sociedade moderna que reparte indivíduos em proprietários e não proprietários dos meios necessários à criação da riqueza, entre capitalistas e operários assalariados.

Desde o final do século XVIII, começam a surgir teorias que pregam a igualdade não só de direitos políticos, mas que se estendem às condições sociais de vida de cada indivíduo. Tais teorias, reivindicam a destruição das diferenças entre as classes sociais e não somente a abolição dos privilégios de classe. Essas idéias caracterizam a primeira forma do pensamento socialista ainda fundamentadas no trabalho de todos e na renúncia aos gozos da vida .

No século XIX, alguns grandes utopistas se destacam: Saint-Simon, Fourier e Robert Owen. Eles emergem quando o capitalismo ainda está pouco desenvolvido, quando portanto, os antagonismos entre capital e trabalho estão latentes. Por essa razão, nenhum dos três podem atuar como representantes dos interesses do proletariado que surgira como um resultado da história humana. Assim como os enciclopedistas, tais socialistas utópicos pensam que é possível instaurar o império da razão e da justiça eternas para toda a humanidade, sem antes emancipar a classe trabalhadora do jugo capitalista.

Para eles, o mundo burguês ascendente é injusto e irracional e, portanto, deve ser jogado entre os trastes descartáveis, tanto quanto o feudalismo e as formas sociais que o antecederam. Acreditam que a verdadeira razão e a verdadeira justiça podem governar a sociedade. O que faltava à humanidade era um homem genial capaz de revelar ao mundo a verdade, enfim, descoberta. O fato é que para o socialista utópico, a verdade e a justiça não estão conectadas com o desenvolvimento histórico, elas são tratadas como se nada tivessem a ver com a vida humana. Sendo assim, a descoberta das verdades sobre a vida constitui um acaso que poderia ter ocorrido a quinhentos anos atrás e, assim, ter evitado tanto sofrimento.

Também os filósofos franceses do século XVIII, apelam para a razão como o único juiz de tudo o que existe. Pretendia-se instaurar um estado racional, uma sociedade moderada e justa e tudo que fosse contrário à razão eterna deveria ser rechaçado sem piedade.

Na verdade, as idéias sobre a razão e a justiça não são mais do que o senso comum de um sujeito idealizado da classe média que, naquele tempo, estava se convertendo em burguês. Por isso, quando a Revolução Francesa engendra a construção da sociedade moderna e desse estado da razão, resulta que as novas instituições, por mais racionais que fossem em comparação com as antigas, estão nessa perspectiva, bastante longe da razão absoluta, das idéias defendidas pelo socialismo utópico.

O estado racional concebido idealmente não passa de uma quimera. A burguesia encastelada no poder esconde-se primeiro, na corrupção, e depois, no despotismo napoleônico. A prometida paz eterna converte-se numa interminável guerra de conquistas. A sociedade da razão não tem sorte também. O confronto entre pobres e ricos, ao invés de dissolver-se no bem-estar geral, fica ainda mais agudo. A liberação da propriedade dos entraves feudais para tornar-se propriedade

do pequeno burguês resulta na liberdade de os camponeses venderem sua única propriedade: sua força de trabalho. O desenvolvimento da indústria sobre bases capitalistas converte a pobreza e a miséria das classes trabalhadoras em condição de vida da sociedade. O comércio é então, degenerado pelas deslealdades, trapaças e concorrência.

Numa palavra, comparadas com as brilhantes promessas dos pensadores iluministas sobre a possibilidade de as instituições sociais e políticas se tornarem o “triunfo da razão”, a realidade não passava de uma triste e decepcionante caricatura. Faltavam apenas os homens que colocassem em destaque o desengano e o desencanto com as misérias humanas, e esses homens surgem nos primeiros anos do século XIX. Em 1802, vem à luz as Cartas de Genebra de Sain-Simon; em 1801, Fourier publica a sua primeira obra, embora as bases de sua teoria datassem já de 1799; a 1º. de janeiro de 1800, Robert Owen assume a direção de New Lanark.

Entretanto, naquela época, o modo capitalista de produção ainda pouco desenvolvido, não pode evidenciar o confronto entre a nascente burguesia e o proletariado. A grande indústria que ascende na Inglaterra, é ainda desconhecida na França. E, só a grande indústria desenvolve, de uma parte, os conflitos que transformam numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação de seu caráter capitalista. – conflitos que eclodem não só entre as classes criadas (burguesia e proletariado) por essa grande indústria, mas entre as forças produtivas e as formas de distribuição por elas criadas – e, de outra parte, desenvolve também gigantescas forças produtivas, os meios para solucionar esses conflitos.

Às vésperas do século XIX, os confrontos que brotam da nova ordem social – da sociedade burguesa - mal começam a desenvolver-se, e menos ainda, naturalmente, os meios necessários à sua solução. O proletariado que apenas começa a se destacar no seio das massas que nada possuem, como o tronco de

uma nova classe, é ainda totalmente incapaz de desenvolver uma ação política própria e não representa nesse estágio, mais que um estrato social oprimido, castigado, incapaz de valer-se de si mesmo. A ajuda, no melhor dos casos, tinha que vir de fora.

É essa situação histórica que dá vida às doutrinas dos fundadores do socialismo utópico. Suas teorias incipientes não fazem mais do refletir o estado incipiente da produção capitalista. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A industrialização, para os socialistas utópicos, não contém senão males que a razão pensante é chamada a remediar.

Tratava-se por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, se possível, com exemplos, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nascem condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos eles são, mais tendem a degenerar-se em puras fantasias.

O COOPERATIVISMO: ROBERT OWEN

Robert Owen faz dura crítica à sociedade em que vive. Impaciente e atordoado com a miséria moral, material e cultural da maioria da população no século XIX, pensa que é preciso propor alternativas à situação existente.

No seu livro intitulado “O Livro do Novo Mundo Moral”, apresenta seus princípios sobre a ciência da natureza humana e suas leis fundamentais. Com isso, deseja mostrar a necessidade de se fazer uma **reforma moral da sociedade**. Para Owen, a vida humana tem uma finalidade: a felicidade. A seu ver, a felicidade pode se alcançada em seu mais alto grau pelo aperfeiçoamento físico, intelectual e moral. Portanto, cabe aos dirigentes do sistema social preparar os indivíduos para que todos sejam levados a agir de acordo com o conhecimento. Em sua formulação, a

irracionalidade é a causa de todos os crimes e sofrimentos que afligem a humanidade.

Para ele, os homens precisam se tornar caridosos e benevolentes. Para que isso acontecesse, eles devem ser educados bem cedo. Somente assim, poderiam desaparecer as paixões, as guerras, os crimes, a desunião, a violência, a opressão e a injustiça.

Da enorme lista das instituições que deviam ser modificadas, algumas chamam nossa atenção tais como: a prática de comprar e vender; o modo de produção e de distribuição de riquezas, o modo de formação ou de educação, a maneira de educar as mulheres, como se elas fossem escravas domésticas, a desigualdade da educação e do emprego nas condições dadas, a opressão do fraco pelo forte.

A sua crença é que é possível substituir práticas e instituições sociais insensatas por outras superiores como a do cultivo do solo, da educação, da formação do caráter, da preparação e conservação de alimentos; da produção e distribuição de riqueza feita de modo mais vantajoso para todos, do estabelecimento do bem-estar progressivo para todos, a nível local e geral; da igualdade de sexos, de educação e direitos; da não cobrança de impostos e que todos seriam providos pela superabundância de um fundo comum.

O seu pressuposto é que a sociedade pode deixar de ser partida em classes alta, média e baixa e se tornar uma única classe eminentemente superior dividida em sessões que assegurasse a todos a maior soma de bem-estar.

Sobre a economia social, afirma Owen que para assegurar a felicidade da humanidade e dos meios para obtê-la é necessário dar condições para que a humanidade pudesse evoluir, isto é, passar de um estado de confusão, de perplexidade, de desordem nas idéias e na conduta, para um estado de espírito mais sadio e de conduta mais racional, condição indispensável à felicidade humana.

Assim, ele propõe uma nova divisão social segundo a idade e a experiência. Desse modo, elabora uma classificação que acredita ser racional e natural no processo de educação das crianças agrupando-as em classes assim constituídas: 1ª. classe, de 0 a 5 anos; 2ª., de 5 a 10 anos de idade e, assim sucessivamente, até atingir a idade dos 30 anos, quando o agrupamento salta de 5 para 10 anos.

A sociedade do futuro, por conseguinte, devia ser constituída por vários **núcleos, ou de associações modelos**. Cada um deles, com 500 a 2000 habitantes para produzirem e conservarem uma variedade de produtos necessários e, ainda, poderem dar uma educação adequada às crianças.

Cada empreendimento desses, teria um terreno destinado a alimentar a população combinando agricultura com jardinagem, aprendizagem de artes e de ofícios, mineração e pesca, portanto, auto-suficientes ou, mais modernamente, auto-sustentáveis.

A reorganização da sociedade imaginada por Owen, passaria também, por uma reforma política no sentido de poder dar uma nova direção aos sentimentos, às idéias e ações humanas regenerando-as e livrando-as das falsas concepções então existentes.

Owen considera a necessidade inegável da **dissolução da propriedade individual**. Para ele, a propriedade é um mal absoluto e única causa da pobreza, dos crimes, sofrimentos, do egoísmo, da prostituição, injustiça, opressão, luta e discórdia na sociedade.

DA TEORIA À PRÁTICA: O PROJETO DE REFORMA SOCIAL DE OWEN

Robert Owen, um industrial, coloca seu projeto de reforma social em prática nos Estados Unidos. Em 1825, ele vai para lá, e funda uma colônia chamada New Harmony. Seu objetivo é organizar aldeias modelos. Contudo, sua experiência dura pouco tempo. Para compreender melhor as idéias de Robert Owen, é preciso situá-las no seu devido contexto histórico, ainda que de modo breve.

Enquanto o vendaval da Revolução Industrial varre a França, na Inglaterra, um processo revolucionário desenvolve-se mais tranquilo, mas nem por isso menos poderoso. O vapor e as máquinas ferramentas convertem a manufatura na grande indústria moderna, revolucionando com isso todos os fundamentos da sociedade burguesa. Com ritmo vigoroso ia-se dando a divisão da sociedade cada vez mais acelerada em grandes capitalistas e proletários que nada possuíam e, entre eles, uma massa instável de artesãos e pequenos comerciantes que era a parte mais flutuante da sociedade e a mais sem segurança.

O novo modo de produção apenas começava a se desenvolver. Entretanto, deu origem a uma série de graves calamidades sociais como amontoamento nos bairros mais sórdidos das cidades de uma massa arrancada do seu solo, dissolução de todos os laços tradicionais dos costumes, prolongação abusiva do trabalho que assume proporções aterradoras entre as mulheres e as crianças, desmoralização em massa da classe trabalhadora lançada de repente em condições de vida novas – do campo para cidade, da agricultura para a indústria, de uma situação estável para outra constantemente variável e insegura.

Nessas circunstâncias, ergue-se como reformador um fabricante de 29 anos, um homem cuja pureza quase infantil, não esconde sua capacidade, como poucos, de ser um condutor de homens. Robert Owen assimilara os ensinamentos dos filósofos materialistas do século XVIII, que de acordo com suas afirmações, o homem era, de um lado, fruto de sua herança e, de outro, fruto das circunstâncias. A maioria dos homens de sua classe, só vem na revolução industrial caos e confusão, uma ocasião propícia para pescar nesse rio revolto e enriquecer depressa. Owen, contudo, acredita que a ocasião é adequada para por em prática sua tese favorita: introduzir ordem no caos. Em Manchester, dirigindo uma fábrica de mais de 500 operários, tenta aplicar, sem êxito, sua teoria.

Mas, de 1800 a 1829, orienta com sucesso a grande fábrica de fios de algodão em New Lanark, na Escócia, da qual é sócio e gerente, o que lhe confere fama na Europa. Uma população operária de mais de 2.500 operários, em sua maioria desmoralizados, converteu-se em suas mãos numa colônia modelo na qual não se conheciam a embriagues, a polícia, os juizes de paz, os processos, os asilos para pobres e nem a beneficência pública. Para isso, bastou apenas dar condições mais humanas de vida aos operários e educação para seus filhos.

Owen é o criador dos jardins de infância que funcionaram, pela primeira vez, em New Lanark. As crianças eram enviadas às escolas desde os dois anos, e nelas se sentiam tão bem que só com dificuldade eram levadas para casa.

Nas fábricas de seus concorrentes, os operários trabalhavam de treze a quatorze horas, mas na de Owen, a jornada de trabalho era de dez horas e meia. Quando uma crise algodoeira obriga ao fechamento de sua fábrica por quatro meses, seus operários ficam sem trabalhar, mas continuam recebendo suas diárias. Vale lembrar que a empresa ainda assim, dobra o seu valor e rende aos seus proprietários enormes lucros até seus últimos dias.

Owen, contudo, não está satisfeito com isso. Ele pensa que a vida que deveria proporcionar a seus operários estava ainda muito distante do que julgava ser uma vida digna. Apesar das circunstâncias favoráveis em que ele viviam, considera que estava muito longe de ser possível que pudessem desenvolver livremente sua inteligência, seu caráter e suas energias.

Owen observa que os 2.500 trabalhadores produziam uma soma de riqueza real que apenas meio século antes, teria exigido o trabalho de 600.000 homens juntos. Assim, ele começa a perguntar para si mesmo: para onde ia a diferença entre a riqueza consumida por essas 2.550 pessoas e a que precisaria para ser consumida pelos 600.000? A resposta era clara: essa diferença era convertida em 300.000 libras esterlinas de lucro para os proprietários da empresa. E New Lanrk era

só um exemplo, dentre os empreendimentos de proporção maior, do universo das fábricas da Inglaterra.

Essa nova fonte de riqueza criada pelas máquinas possibilita levar adiante as guerras travadas para derrubar Napoleão e manter de pé os princípios da sociedade aristocrática. E, no entanto, esse novo poder era obra da classe operária. A ela, deveriam pertencer, por conseguinte, seus frutos. As novas e gigantescas forças produtivas que ali, só tinham servido para enriquecer alguns, e que escravizavam massas, lançavam segundo Owen, as bases para uma reconstrução social. Essas condições estavam fadadas a se tornarem o suporte do bem-estar coletivo como propriedade (coletiva) de todos os membros da sociedade.

Foi assim, por esse caminho prático, resultado, por assim dizer, dos cálculos de um homem de negócio, que surgiu o comunismo oweniano. Em 1823, Owen propõe um sistema de colônias comunistas para combater a miséria reinante na Irlanda, e apresenta um orçamento completo de despesas de instalação, desembolsos anuais e rendas prováveis. Do mesmo modo, apresenta planos de sua sociedade do futuro com detalhes técnicos calculados em seus mínimos detalhes de modo que pouco se poderia objetar sobre a reforma da sociedade por ele proposta.

O avanço para o comunismo representa um momento fundamental na vida de Owen. Enquanto se limita a atuar como filantropo, só colhe riquezas, aplausos, honra e fama. Torna-se o homem mais popular da Europa. Todos o escutam e o aprovam, inclusive, governantes, príncipes e homens de sua classe. No momento em que formula suas teorias comunistas, vira-se a página.

Para Owen, três grandes obstáculos se opunham à reforma da sociedade: a propriedade privada, a religião e a forma atual do casamento.

Ele não ignorava ao que se expunha atacando tais obstáculos. Foi execrado por toda sociedade oficial e perdeu sua posição social. Mas isso não o deteve em seus ataques implacáveis contra aquelas instituições e assim, ocorreu o que ele

previu. Desterrado pela sociedade oficial, ignorado completamente pela imprensa e arruinado por suas fracassadas experiências comunistas na América, às quais sacrificou toda sua fortuna, dirigiu-se à classe operária, no seio da qual atuou ainda trinta anos.

Os movimentos sociais, todos os progressos reais ocorridos na Inglaterra, em interesse da classe trabalhadora, estão ligados ao nome de Owen. Em 1819, depois de cinco anos de grande esforço, consegue ser votada a primeira lei limitando o trabalho da mulher e da criança nas fábricas. Foi ele quem presidiu o primeiro congresso em que as *trade-unions* de toda a Inglaterra fundiram-se numa grande organização sindical única. E foi também ele quem criou, para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira inteiramente comunista, **as cooperativas do consumo e de produção**, que serviram, de um lado, para demonstrar, na prática, que o comerciante e o fabricante não eram indispensáveis; e, de outro lado, que era possível a existência de mercados operários, de estabelecimentos de troca dos produtos do trabalho por meio de bônus de trabalho, cuja unidade era a hora de trabalho produzido.

CRÍTICAS DE MARX AO SOCIALISMO UTÓPICO

As concepções utópicas dominam grande parte das idéias socialistas do século XIX, mas não apenas neste. Os seguidores dessas doutrinas aparecem na França e na Inglaterra, e a eles se deve também, o surgimento do incipiente comunismo alemão. Para todos eles, o socialismo é a expressão da verdade absoluta, da razão, da justiça e que era suficiente revelá-las para, graças às suas virtudes, conquistar o mundo.

E como a verdade absoluta não está sujeita a condições de espaço, de tempo e nem ao desenvolvimento histórico da humanidade, só o acaso pode decidir quando, e onde, essa descoberta será revelada. E, assim, foi inevitável que surgisse um comunismo eclético e medíocre na França, e na Inglaterra, uma mistura

extraordinariamente variada e cheia de matizes, composta de desabafos críticos, princípios econômicos e as imagens sociais do futuro vindas dos diversos fundadores de seitas que iam se perdendo na torrente da discussão os seus contornos sutis e agudos. Para converter o socialismo em ciência era necessário situá-lo no terreno da realidade.

Assim, Marx (1961) critica o socialismo utópico, mas não deixa de reconhecer a sua contribuição na história da humanidade. A seu ver, os socialistas utópicos (Saint-Simon, Owen e Fourier) ao atacarem a sociedade existente, fornecem elementos para os operários fazerem a crítica do mundo em que vivem. A difusão de suas propostas e a descrição da sociedade futura, a reforma social rumo à supressão da desigualdade e, portanto, da constituição da harmonia social e a transformação do Estado em um simples administrador da produção que implica no desaparecimento dos antagonismos de classe, coincidem com as primeiras aspirações instintivas dos operários sobre a necessidade da transformação social.

O socialismo utópico, como não poderia ser diferente, aparece nessa época em que o proletariado encontra-se em processo de constituição. Os seus seguidores, no entanto, por exibicionismo ou por mediocridade, acabam transformando suas teorias em verdadeiras seitas, ao invés de aprofundarem o conhecimento sobre as condições materiais e sociais para a revolução, conforme ia se desenvolvendo a grande indústria moderna e, por conseguinte, as forças produtivas, condição para a solução dos problemas sociais existentes desde então (MARX, 1961).

Assim, os socialistas utópicos não vêem no trabalhador coletivo – na grande indústria moderna em desenvolvimento – senão problemas. Por isso mesmo, propõem um igualitarismo grosseiro baseado em princípios morais como sendo a base real para a dissolução da desigualdade social.

Eles não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, revolucionária. Por isso mesmo, pensam que por meio da fundação de colônias, de

associações e do conhecimento de leis sociais e morais, uma nova sociedade poderia ser criada.

Eles ignoram a atividade social e a substituem pela imaginação. Assim, ignoram a organização lenta e gradual dos trabalhadores. Pensam que a história futura pode ser determinada de acordo com seus planos de organização social. Exatamente por essas razões, acreditam que estão defendendo a classe trabalhadora que para eles, era a classe mais sofredora do seu tempo.

Suas propostas visam a melhorar as condições de vida da sociedade inteira, até dos mais privilegiados porque eles não vêem qualquer antagonismo de classe entre o capital e o trabalho. Desse modo, repelem toda ação política e acreditam que por meio de exemplos (como os das colônias, das comunidades, do cooperativismo em pequena escala) podem reformar a sociedade. Assim, atenuam a luta de classes e continuam sonhando com seus verdadeiros evangelhos sociais até o fracasso de suas experiências.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O cooperativismo, ou seja, a formulação de que os trabalhadores podem em conjunto produzir a sua existência de modo harmonioso, coincide com a ascensão do modo de produção capitalista. Para o socialismo utópico, as mazelas da sociedade em que vivem podem ser resolvidas com a organização do trabalho autônomo e gerido pelos próprios trabalhadores. Suas idéias emergem em um tempo em que os confrontos entre capital e trabalho encontram-se ainda latentes. Por conseguinte, eles pregam uma igualdade social fundada no trabalho para todos. Mas o desenvolvimento das forças produtivas consubstanciadas na grande indústria ainda no século XIX, evidenciam a superioridade do novo trabalhador coletivo: a máquina automática. Essa vitória dos homens sobre a natureza e, portanto, sobre o trabalho necessário (produtivo), mostra para Marx (1982) que estão dadas as condições reais para a superação do reino da necessidade, da possibilidade de

emancipação humana desde que o proletariado levasse adiante a necessidade histórica por eles também criada: a de livrar-se da barreira social que os condenava ao trabalho, à única chama capaz de nutrir o capital e, na mesma medida, da condição da expropriação da riqueza por eles criada.

No Brasil, o cooperativismo aparece como resposta ao desemprego em massa. Estimuladas pelo estado, muitas cooperativas tem emergido agregando parte dos *desarraigados* ou, daqueles que liberados do mundo do trabalho não conseguem produzir sua existência como assalariados (HOBBSAWM, 1977). As cooperativas de renda e de trabalho, configuram nesses sentido, a expansão do trabalho mas não do assalariamento (AUED, 2003). Embora comandadas pelos trabalhadores que determinam o que produzir, elas não escapam á lógica da criação excedente, isto é, à produção de produtos para além da satisfação das necessidades dos cooperados. Portanto, aparentemente uma solução, elas podem se converter em problemas pois, precisam enfrentar a lógica e competitividade do mercado e das empresas que criam mercadorias com tecnologia de ponta, com muito menos trabalho socialmente necessário.

As cooperativas auto-gestionárias modernas se assemelham às cooperativas utópicas, mas com uma diferença fundamental: no passado, foram os limites históricos que impediram os socialistas de apreender que o trabalho era a expressão máxima da nascente sociedade e, igualmente, condição da produção e reprodução do capital.

As cooperativas de trabalhadores criadas no final do século XX, tradicionalmente organizadas por meio de processos produtivos pouco avançados configuram talvez, tentativas de soluções individuais, à semelhança das formulações utópicas.

Diante disso fica a indagação: por que as cooperativas se expandem no Brasil fundadas no trabalho humano? Por que elas não utilizam máquinas para produção

da riqueza? A cooperativa é uma forma de produção da existência que transcende a relação social capital/trabalho? Por que os trabalhadores lutam para terem o direito ao trabalho nesta sociedade? Por que não podem fazer uso racional da maquinaria e, desse modo, lutarem pelo *direito à preguiça*¹, segundo as formulações de LAFARGUE (2000)?

Os trabalhadores das cooperativas, mesmo o das fábricas recuperadas, herdeiros da crença liberal sobre as benesses do trabalho acabam perpetuando a condição *sine qua nom* da acumulação capitalista e, por conseguinte, da sua miséria, ainda que aparentemente não mais trabalhem diretamente impelidos pela lógica burguesa. À semelhança da fábrica capitalista eles não produzem riqueza para si, mas para a troca. As cooperativas autogestionárias, nessa perspectiva, embora comandadas por trabalhadores, reafirmam o trabalho, algo que se esvai junto com as relações sociais que o pressupõem.

BILBIOGRAFIA

AUED, B. W. e FIOD, E.G. M. (2002) Origens sociais dos movimentos rurais em Santa Catarina. *In: Educação em movimento na luta pela terra*. Org. Célia Regina Vendramini. 1^a. ed. Florianópolis, NUP/CED. (Série Pesquisas; 2).

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções: 1789-1848**. (1977) 8^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LAFARGUE, Paul. (2000) 2^a. ed. **O direito à preguiça**. São Paulo, HUCITEC;

UNESP. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto; introdução de Marilena Chauí

MARX, K. e ENGELS, F. (s/d). Do socialismo utópico ao socialismo científico *In:*

Obras Escolhidas. São Paulo, Editora Alfa-Omega. v. 2. p.303-336

MARX, ENGELS, F. (s/d) Manifesto do Partido Comunista. *In: Obras Escolhidas*.

São Paulo, Editora Alfa-Omega. v. 1. p.13-47.

MORE, T. **A utopia**. 1^a. ed. São Paulo, Abril Cultura, Editor Victor Civita, 1972. (Coleção: Os Pensadores).

¹ Na segunda metade do século XIX, LAFARGUE (2000) publica alguns panfletos para mostrar ao operariado que o trabalho na sociedade capitalista, ao contrário do que ela faz crer, é fonte de toda miséria dos produtores diretos da riqueza. Ele critica e denuncia o trabalho alienado e assalariado. A esse tipo de produção da vida humana, ele opõe o direito à preguiça, ou seja, defende a redução da jornada de trabalho para que os operários possam dedicar aos prazeres da vida, à cultura, às artes, às crianças, à ciência e, desse modo, compreenderem a necessidade histórica de superação da sociedade do trabalho.